



*Estado do Paraná*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**

**L E I   N º   1 8 8 / 9 8**

**DATA: 29 de abril de 1 998**

**Súmula: Estabelece o Quadro Único de Pessoal do Município de Pérola D'Oeste e dá outras providências.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, aprovou, e eu, CEZARIO ENGELS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E REPRESENTAÇÕES**

**Art. 1º.** Fica aprovado o Quadro Único de Pessoal do Município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, que estabelece o sistema de classificação, fixa o número de cargos e níveis de vencimento, de acordo com o que estabelece esta Lei.

**Art. 2º.** O Quadro Único de Pessoal é integrado pelos cargos de Provimento em Comissão e Cargos de Provimento Efetivo.

**Art. 3º.** Os cargos de Provimento em Comissão destinam-se a atender encargos de direção e os constantes do Anexo I, Quadro I: Grupo Ocupacional 01 - Supervisão e Administração Superior, são de livre escolha, nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo, devendo sua escolha recair em pessoas que possuam experiência administrativa e/ou habilitação profissional e satisfaçam os requisitos gerais para a investidura no serviço público.

**§ 1º.** Os cargos de provimento em comissão serão providos de acordo com as necessidades e conveniência da Administração Municipal.

**§ 2º.** A escolha dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão poderá recair em funcionários municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo.

**§ 3º.** Ao funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo, quando nomeado para ocupar cargo de provimento em comissão, será facultado o direito de optar pelos vencimentos referentes a esse cargo, ou permanecer com a remuneração relativa ao seu cargo, podendo, a critério do Prefeito, acrescer-se a gratificação de representação de gabinete correspondente ao cargo.

**Art. 4º.** São cargos de Provimento Efetivo, os estabelecidos por esta Lei, constantes do anexo I, quadros II a VII e que a integra.

**Parágrafo Único.** Os cargos de Provimento Efetivo serão constituídos dos seguintes grupos ocupacionais:





*Estado do Paraná*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**

- Grupo Ocupacional 02 - Administração e Planejamento
- Grupo Ocupacional 03 - Contabilidade, Tributação e Fiscalização
- Grupo Ocupacional 04 - Serviços Auxiliares
- Grupo Ocupacional 05 - Magistério
- Grupo Ocupacional 06 - Saúde e Bem-Estar Social
- Grupo Ocupacional 07 - Fomento Agropecuário e Meio Ambiente

Art. 5º. Os vencimentos dos Cargos de Provimento em Comissão, do Grupo Ocupacional 01 - Supervisão e Administração Superior são estabelecidos pelo Anexo II, Tabela "A", atribuindo-lhes a gratificação de representação de gabinete correspondente ao cargo.

§ 1º. A gratificação de representação de que trata este artigo, será calculada sobre os vencimentos básicos, dentro dos seguintes critérios:

- Diretores de Departamentos.....10% a 50%
- Chefes de Divisões .....10% a 50%

§ 2º. Vetado.

Art. 6º. Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo são os estabelecidos pelo Anexo II, Tabelas "B" a "G".

Parágrafo Único. Aos funcionários efetivos, que venham a desempenhar funções gratificadas de chefia ou direção, conforme o caso, será concedida gratificação, na forma do Anexo I, Quadro I e da Tabela A.

Art. 7º. A carga horária para os cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão é de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º. Excluem-se das disposições do "caput" deste artigo, os Cargos dos Professores e Serviços Gerais do Magistério, Médico, Odontólogo, Fisioterapeuta, Médico Veterinário, Telefonista, que terão carga horária de 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais.

§ 2º. O Médico plantonista, além da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, deverá fazer plantão.

Art. 8º. Aos funcionários colocados em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, será concedida gratificação mensal, fixada por decreto do Executivo, na faixa de 10% a 100% (dez a cem por cento) da respectiva remuneração.

### **CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 9º. O Município poderá contratar servidores estagiários, menores de idade, num percentual de até 1% (um por cento) do total de cargos existentes no quadro único de pessoal, ficando esses contratos limitados à maioria dos estagiários.

Art. 10. Para os cargos públicos, cujas funções são passíveis de serem desempenhadas por pessoas portadoras de deficiências, ficam assegurados 1% (um por cento) do total de cargos existentes no quadro único de pessoal, cujos critérios de admissão serão objeto de regulamento próprio.





*Estado do Paraná*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**

Art. 11. Os funcionários inativos terão os seus proventos reajustados, observada a correspondência do seu respectivo cargo, em igualdade de condições ao pessoal em atividade.

Art. 12. Nenhum funcionário sofrerá redução de seu vencimento básico em decorrência desta lei.

Art. 13. Conceder-se-á aos servidores do quadro permanente, salário família equivalente a 40% sobre a Unidade de Referência (UR) vigente no município, a cada filho menor ou dependente reconhecido por lei, até alcançar 14 anos de idade.

Parágrafo Único . Os servidores com direito ao benefício previsto no caput deste artigo, apresentarão, independentemente de solicitação, prova da filiação dos dependentes nestas condições, não incorrendo em obrigação do Poder Público pagar o benefício, desde que não apresentado o documento hábil para recebê-lo.

Art. 14. Aos Servidores que prestarem serviços em atividades insalubres, conceder-se-á o adicional fixado pela Legislação Federal, de acordo com as respectivas categorias.


Parágrafo Único . O adicional a que se refere o presente artigo será concedido e alterado por Decreto do Executivo.

Art. 15. Os Professores, do Grupo Ocupacional 05 - Magistério, terão legislação específica no que tange ao Plano de Carreira, a Cargos e Salários e ao Estatuto do Magistério

Art. 16. O Chefe do Poder Executivo poderá ceder servidores a outras instituições de direito público, com ou sem prejuízos de vencimentos, desde que as atividades sejam imprescindíveis à comunidade.

Art. 17. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 01 de abril de 1.998.

Gabinete do Prefeito Municipal aos vinte e nove dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e oito.

  
Cezário Engels  
Prefeito Municipal

